

**PROCURADOR**



**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

- É responsabilidade exclusiva do candidato a conferência de seus dados pessoais, impressos no Cartão de Respostas e no Caderno de Provas, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade, cargo pleiteado, assim como, a marcação e assinatura do seu Cartão de Respostas.
- Verifique se este caderno de prova contém **60 questões** com **quatro** alternativas identificadas pelas letras **A, B, C e D** das quais apenas uma será a resposta correta e uma **prova discursiva**.
- Preencha o cartão de respostas da prova objetiva utilizando caneta esferográfica azul ou preta, ocupando totalmente o campo de marcação, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta. Conforme ilustração: ○●○○○
- **Atenção:** Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido no cartão resposta mais de uma opção, bem como questões em que o campo de marcação apresente rasuras, emendas ou que não esteja preenchido integralmente. Tenha muito cuidado para não danificar o código de barras utilizado na leitura óptica do Cartão de Respostas, por isso não **DOBRE, AMASSE ou MANCHE** o mesmo. O Cartão de Respostas será o único documento válido para a correção das provas objetivas, salvo à disposição do IDCAP.
- Os fiscais **NÃO** são autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Ao concluir a prova, **entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas da prova objetiva e a folha de respostas definitivas da prova discursiva**, a não devolução implicará à eliminação sumária do candidato.
- **Assine a lista de presença, cartão resposta e transcreva a frase de segurança presente no cartão resposta da prova objetiva, sob pena de eliminação.**



**NÃO SERÁ PERMITIDO:**

- Folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal. Caso aconteça, implicará na eliminação do candidato.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- O uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive, fone de ouvido, relógio de qualquer espécie, recursos didáticos, aparelhos eletrônicos e bonés.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do Cartão de Respostas, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.



**TEMPO DE PROVA:**

- As provas, objetiva e discursiva, terão duração máxima de **5h (cinco horas)**, incluído o tempo para preenchimento do cartão de respostas e a folha de respostas definitivas.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova **após 1 (uma) hora de seu início**.
- O candidato poderá **levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes de seu término**. Antes desse horário, será permitido ao candidato levar apenas o **RECORTE DO RODAPÉ DA CAPA DA PROVA** (parte que contém espaço para preenchimento do gabarito).
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após a assinatura da ata de sala.

|   |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |
|---|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|
| 1 |  | 6  |  | 11 |  | 16 |  | 21 |  | 26 |  | 31 |  | 36 |  | 41 |  | 46 |  | 51 |  | 56 |  |
| 2 |  | 7  |  | 12 |  | 17 |  | 22 |  | 27 |  | 32 |  | 37 |  | 42 |  | 47 |  | 52 |  | 57 |  |
| 3 |  | 8  |  | 13 |  | 18 |  | 23 |  | 28 |  | 33 |  | 38 |  | 43 |  | 48 |  | 53 |  | 58 |  |
| 4 |  | 9  |  | 14 |  | 19 |  | 24 |  | 29 |  | 34 |  | 39 |  | 44 |  | 49 |  | 54 |  | 59 |  |
| 5 |  | 10 |  | 15 |  | 20 |  | 25 |  | 30 |  | 35 |  | 40 |  | 45 |  | 50 |  | 55 |  | 60 |  |

**RASCUNHO**

### Questão 01

(Correta: A)

Leia com atenção o período abaixo:

*O sol brilhava no céu, e os pássaros cantavam, e as flores desabrochavam, e o dia se desenrolava em uma sinfonia de cores e melodias.*

Qual a figura de linguagem utilizada no período acima?

- (A) Polissíndeto.
- (B) Silepse.
- (C) Hipérbato.
- (D) Prosopopeia.

### Questão 02

(Correta: A)

Leia as alternativas com atenção e assinale aquela em que há o uso correto da vírgula:

- (A) Crianças, venham já para casa.
- (B) Márcia presenteou Felipe, com um par de sapatos.
- (C) Eu já entreguei os papéis, ao advogado.
- (D) Paulo, chegou em casa, às seis horas da manhã.

### Questão 03

(Correta: D)

Leia o seguinte texto:

*Em um cenário doméstico acolhedor, o aroma sedutor de pão recém-assado paira no ar. Na cozinha, utensílios alinhados e ingredientes dispostos de maneira organizada preparam o terreno para uma experiência culinária única. O texto ganha vida à medida que as instruções meticulosas se desdobram, orientando os leitores sobre como transformar simples ingredientes em uma obra-prima gastronômica.*

*As palavras habilmente escolhidas conduzem o leitor pelos passos, desde a medição precisa dos ingredientes até a manipulação hábil da massa. Cada comando é formulado de maneira clara e concisa, garantindo que mesmo os menos experientes na arte da panificação possam seguir facilmente as instruções. A voz do texto, por sua vez, assume um papel de guia amigável, encorajando e motivando o leitor a se aventurar na realização da receita.*

*Ao final do texto, o leitor não apenas aprendeu a preparar o pão, mas também absorveu a essência de uma experiência culinária única. O texto, além de fornecer instruções práticas, cria uma atmosfera sensorial e envolvente que transcende a simples transmissão de conhecimento, transformando o ato de cozinhar em uma jornada agradável e recompensadora.*

O texto lido faz menção ao tipo de texto marcado por uma linguagem simples e objetiva, com intenção de dar

instruções ao leitor. Que tipo textual é este?

- (A) Texto Descritivo.
- (B) Texto Narrativo.
- (C) Texto Argumentativo.
- (D) Texto Injuntivo.

### Questão 04

(Correta: C)

Assinale a alternativa com o emprego de um conjunção conclusiva:

- (A) Gosto de chocolate e sorvete, especialmente juntos em um sundae.
- (B) Ele acordou tarde, pois ficou até tarde trabalhando no projeto.
- (C) Estudou intensamente durante todo o semestre, portanto obteve excelentes notas.
- (D) Ele estudou muito para a prova, mas o nervosismo atrapalhou seu desempenho.

### Questão 05

(Correta: D)

Leia com atenção as colunas abaixo:

#### Coluna 01

(\_\_)*O gato se escondeu dentro da caixa quando começou a chover.*

(\_\_)*Ela resolveu o problema com muita paciência e dedicação.*

(\_\_)*Voltarei para casa após o término da reunião.*

(\_\_)*Ele estudou a noite toda para garantir uma boa nota na prova.*

(\_\_)*Acordei assustado com a menina que chorava de dor.*

#### Coluna 02

*I. Preposição de Causa.*

*II. Preposição de Finalidade.*

*III. Preposição de Lugar.*

*IV. Preposição de Modo.*

*V. Preposição de Tempo.*

Correlacione as colunas pelo tipo de preposição presente nas afirmativas da Coluna 01. Em seguida, assinale a alternativa com a sequência correta:

- (A) I > II > III > IV > V.
- (B) V > III > II > IV > I.
- (C) IV > I > II > V > III.
- (D) III > IV > V > II > I.

## Direito Penal e Processual Penal

### Questão 06

(Correta: A)

Os Juizados Especiais Criminais - JECRIM, previstos na Lei nº 9.099/95, têm competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo. Acerca dos JECRIM, analise as afirmativas abaixo:

I.Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

II.O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

III.A competência do Juizado, em regra, será determinada pelo domicílio ou residência do réu.

IV.Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

V.Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento, facultada a presença de advogado.

Estão CORRETAS:

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) II, IV e V, apenas.
- (C) IV e V, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.

### Questão 07

(Correta: A)

Os crimes contra a criança e o adolescente têm previsão na Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Acerca do assunto, analise as proposições abaixo:

I.Aos crimes previstos no ECA, desde que a pena máxima não ultrapasse 2 (dois) anos, aplica-se a Lei nº 9.099/95.

II.Os crimes definidos no ECA são de ação pública incondicionada.

III.Nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

Estão CORRETAS:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.

(C) I, II e III.

(D) II, apenas.

### Questão 08

(Correta: B)

Analise o caso hipotético abaixo e, em seguida, responda ao questionamento.

"No dia 15/11/2023, na cidade de Alfavas, Joaquim Amarante, conhecido delinquente, desferiu três disparos de arma de fogo contra Abel Missioneiro, seu rival, objetivando matá-lo. Abel, gravemente ferido, foi conduzido ao hospital da cidade de Vassouras, onde veio a óbito em 17/11/2023."

Tendo como fundamento as disposições do Código Penal sobre o tempo e o lugar do crime, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Considera-se praticado o crime em 15/11/2023, na cidade de Vassouras.
- (B) Considera-se praticado o crime em 15/11/2023, nas cidades de Alfavas e Vassouras.
- (C) Considera-se praticado o crime em 17/11/2023, na cidade de Vassouras.
- (D) Considera-se praticado o crime em 17/11/2023, nas cidades de Alfavas e Vassouras.

### Questão 09

(Questão anulada)

A Lei nº 8.137/1990, definiu os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Com base na referida legislação, analise as proposições abaixo, classifique-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

( ) Constitui crime funcional contra a ordem tributária, com pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.

( ) Constitui crime contra a ordem tributária, com pena de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa, fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.

( ) Constitui crime contra a ordem econômica, com pena de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando ao controle regionalizado do mercado por empresa ou grupo de empresas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

- (A) F - V - V.
- (B) F - V - F.
- (C) V - V - V.
- (D) V - F - V.

## Questão 10

(Correta: A)

Sobre a Ação Penal, de acordo com a disciplina dada pelo Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941), analise as alternativas e assinale a opção INCORRETA:

- (A) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.
- (B) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- (C) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- (D) A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

## Direito Constitucional

### Questão 11

(Correta: C)

O Ministério Público está incumbido de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo essencial à justiça. Sobre o Ministério Público, com base nas disposições da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação do Conselho Nacional do Ministério Público em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.
- (B) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria simples do Senado Federal.
- (C) São funções institucionais do Ministério Público promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
- (D) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.

### Questão 12

(Correta: C)

A Seguridade Social, que envolve ações nas áreas da Assistência Social, Previdência Social e Saúde, é um instrumento vital para a proteção das necessidades

sociais e para a concretização da dignidade da pessoa humana. No que concerne à saúde, conforme disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- (B) Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, fiscalizar a execução das ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as da saúde da mulher.
- (C) O sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.
- (D) É permitida a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo os casos vedados pela Lei.

### Questão 13

(Correta: D)

Com relação à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, exercida pelo Poder Legislativo com auxílio do Tribunal de Contas, analise as afirmativas abaixo:

I. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

II. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outros, aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

III. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: mais de trinta e cinco e menos de setenta e cinco anos de idade; idoneidade moral e reputação ilibada; notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; mais de quinze anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Estão CORRETAS:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.

### Questão 14

(Correta: B)

O capítulo relativo à nacionalidade integra rol direitos e garantias fundamentais constitucionalmente previstos. Sobre a nacionalidade, conforme tratamento dado pela Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, através de procedimento administrativo, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (B) São privativos de brasileiro nato os cargos de oficial das Forças Armadas.
- (C) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, em qualquer caso.
- (D) Automaticamente, adquirem a nacionalidade brasileira os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de vinte anos ininterruptos e sem condenação penal.

## Questão 15

(Correta: D)

A Constituição Federal dedicou o Título III à organização do Estado. De acordo com a Lei Maior, analise as afirmativas abaixo, que versam sobre as competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, classifique-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F) e, em seguida, responda ao questionamento:

☐ Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.

☐ Compete à União exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.

☐ É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.

☐ Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

- (A) F - V - V - F.
- (B) V - F - V - V.
- (C) V - V - V - V.
- (D) V - V - F - V.

## Questão 16

(Correta: A)

Objetivando dar efetividade ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, uma gama de direitos e garantias, tidos como fundamentais, foram positivados na Constituição Federal. Nesse contexto, com base no que dispõe a Constituição Federal sobre os Direitos Sociais, assinale a

alternativa CORRETA:

- (A) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (B) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.
- (C) É assegurado o direito de greve, competindo aos sindicatos de trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- (D) É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

## Questão 17

(Correta: C)

Observando as disposições da Constituição Federal, acerca do Estado de Defesa e Estado de Sítio, analise as alternativas abaixo e assinale a opção CORRETA:

- (A) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar o estado de sítio.
- (B) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a quarenta e cinco dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- (C) Na vigência do estado de defesa a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- (D) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar autorização do Congresso Nacional para decretar estado de defesa.

## Questão 18

(Correta: C)

Sobre os servidores públicos, de acordo com o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, analise as proposições abaixo, classificando-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

☐ Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de

organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre: fiscalização pela União e controle externo e social.

( ) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

( ) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA:

- (A) F - F - V.
- (B) F - V - F.
- (C) V - V - V.
- (D) V - V - F.

### Questão 19

(Correta: A)

O Poder Judiciário tem a função jurisdicional (Julgar) como atividade típica e sua estrutura está delineada na Constituição Federal. Sobre o Poder Judiciário, à luz do texto constitucional, analise as afirmativas abaixo:

I. São órgãos do Poder Judiciário, dentre outros, o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais.

II. Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

III. Compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o art. 169, a alteração do número de membros dos tribunais inferiores.

IV. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe, dentre outros, processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal e estadual.

Estão CORRETAS:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas
- (C) III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

### Questão 20

(Correta: B)

Em seu Título VII, a Constituição Federal disciplina a ordem econômica, elencando princípios, políticas urbanas, agrícolas e fundiárias e de reforma agrária.

Tendo como base o Capítulo I do referido título (dos princípios gerais da atividade econômica), analise as alternativas e assinale a opção CORRETA:

- (A) A ordem econômica está fundada na propriedade privada e no valor social do trabalho.
- (B) O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.
- (C) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de autorização ou concessão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- (D) A ordem econômica tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observado, dentre outros, dos princípios da livre iniciativa e da independência nacional.

## Direito Administrativo

### Questão 21

(Correta: D)

A execução da atividade administrativa, assim como qualquer outra, pode acabar gerando danos a terceiros. Nesse sentido, acerca da Responsabilidade do Estado, analise as alternativas abaixo e assinale a opção CORRETA:

- (A) Na responsabilização do Estado, aplica-se sempre a Teoria do Risco Integral, onde o Estado responde objetivamente pelos danos causados, permitindo-se, contudo, a alegação de excludentes de ilicitude.
- (B) A ação indenizatória deverá ser direcionada ao servidor causador do dano, independentemente de dolo ou culpa, pois pessoalmente responsável pelo seu ressarcimento.
- (C) O Estado não poderá buscar o ressarcimento dos danos, via ação de regresso, em face do agente público causador, ainda que esse tenha agido com dolo ou culpa.
- (D) Na responsabilização do Estado, aplica-se, como regra, a Teoria do Risco Administrativo, onde o Estado responde objetivamente pelos danos causados a terceiros, permitindo-se, contudo, a alegação de excludentes de ilicitude.

### Questão 22

(Correta: B)

Os bens públicos podem ser utilizados por particulares mediante concessão de uso, permissão de uso ou autorização de uso. Sobre o assunto, analise as alternativas a seguir e assinale a opção CORRETA:

- (A) A permissão de uso, implementa-se por contrato administrativo ou ato administrativo vinculado, de forma definitiva (não precária), geralmente mediante licitação.

- (B) A concessão de uso, implementa-se mediante contrato administrativo, por tempo determinado, exigindo-se procedimento licitatório prévio.
- (C) A autorização e a permissão de uso, podem ser revogadas a qualquer tempo mediante indenização ao particular.
- (D) A autorização de uso, implementa-se por ato administrativo vinculado e definitivo.

### Questão 23

**(Correta: D)**

O convênio é um importante instrumento, utilizado pela Administração Pública, para a concretização de seus objetivos. É vedada a celebração de convênios ou contratos de repasse, EXCETO:

- (A) Com entidades privadas sem fins lucrativos, exceto nas transferências do Ministério da Saúde destinadas a serviços de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde, segundo critérios observados pelo Ministério da Saúde.
- (B) Cuja vigência se encerre no último trimestre do mandato do Chefe do Poder Executivo do ente federativo conveniente ou no primeiro trimestre do mandato seguinte.
- (C) Com entidades privadas sem fins lucrativos, que tenham como dirigente agente político do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário ou do Ministério Público.
- (D) Entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes do Orçamento de Investimentos da União.

### Questão 24

**(Correta: D)**

A Administração Pública dispõe de poderes e deveres, que são utilizados para a consecução dos seus objetivos, estando pautados na supremacia do interesse público e na indisponibilidade do serviço público. Acerca da matéria, analise as afirmativas abaixo:

I.O Poder Discricionário implica liberdade de atuação administrativa, dentro dos limites da lei ou dela decorrentes.

II.A interdição de estabelecimento que esteja descumprindo a legislação sanitária é uma manifestação do Poder Hierárquico da Administração sobre os particulares.

III.O Poder Disciplinar possibilita à Administração Pública punir as infrações funcionais de seus servidores.

IV.Pelo Poder Vinculado, a Administração deve executar o ato vinculado nas estritas hipóteses legais, observando o conteúdo rigidamente estabelecido na lei.

V.São atributos do Poder de Polícia: discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.

São afirmações CORRETAS:

- (A) III e V, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) I, III, IV e V, apenas.

### Questão 25

**(Correta: D)**

Um dos mecanismos de controle da Administração Pública é a Lei nº 8.429/1992, que regula o §4º, do Artigo 37, da Constituição Federal, dispondo sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa. Com base nas disposições da referida legislação, analise as afirmativas abaixo, relacionando corretamente a coluna 1 (espécie de improbidade) com a coluna 2 (condutas):

#### Coluna 1

- (1)Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário.
- (2)Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito.
- (3)Atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.

#### Coluna 2

( )Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.

( )Utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades.

( )Permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

( )Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

( )Agir illicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.

Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

- (A) 2 - 1 - 3 - 3 - 1.
- (B) 1 - 2 - 1 - 3 - 1.
- (C) 1 - 3 - 2 - 2 - 3.
- (D) 3 - 2 - 1 - 3 - 1.

## Questão 26

(Correta: D)

Os entes públicos, na busca pela consecução dos seus objetivos, poderão constituir Consórcios Públicos. Acerca dos Consórcios Públicos, analise as alternativas e assinale a opção CORRETA:

- (A) Os consórcios públicos, revestidos de personalidade jurídica de direito privado, na contratação de pessoal e nas licitações, observarão as normas do direito privado.
- (B) Dependerá de alteração do protocolo de intenções do consórcio público o ingresso de ente da Federação não mencionado no contrato como possível integrante do consórcio.
- (C) A recusa ou demora na ratificação do protocolo de intenções sujeitará o infrator à perda da qualidade de consorciado.
- (D) A constituição de consórcio público dependerá da prévia celebração de protocolo de intenções subscrito pelos representantes legais dos entes da Federação interessados.

## Questão 27

(Correta: B)

O Estado, em algumas situações, poderá intervir na propriedade particular, seja para lhe restringir o uso, seja para reivindicá-la para si. Acerca da desapropriação, uma das modalidades de intervenção, analise as alternativas a seguir e assinale a opção CORRETA:

- (A) A desapropriação é um exemplo de intervenção restritiva do Estado na propriedade.
- (B) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- (C) A competência para legislar sobre desapropriação é concorrente da União, Estados e Distrito Federal.
- (D) Um exemplo de desapropriação por necessidade pública é aquela feita para fins de Reforma Agrária.

## Questão 28

(Correta: A)

A Licitação é o procedimento administrativo que objetiva selecionar a proposta mais vantajosa para contratar com a Administração Pública. Sobre o assunto licitações, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as alternativas abaixo e assinale a opção CORRETA:

- (A) Alguns dos princípios da licitação, dentre outros, são: da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

- (B) É dispensável a licitação de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- (C) São modalidades de licitação: pregão, concorrência, concurso, convite e leilão.
- (D) É inexigível a licitação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

## Questão 29

(Correta: A)

A Lei nº 8.429/1992, comina penas aos responsáveis pela prática de atos de improbidade administrativa, as quais serão aplicadas independentemente do ressarcimento integral do dano, bem como das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica. Sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Aos atos que causam prejuízo ao erário: Dentre outras, prevê a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos.
- (B) Aos atos que importam enriquecimento ilícito: Dentre outras, prevê a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos.
- (C) As sanções previstas poderão ser executadas em caráter provisório, logo após o julgamento em segunda instância.
- (D) Aos atos que atentem contra os princípios da Administração Pública: Dentre outras, prevê a perda da função pública e o pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

## Questão 30

(Correta: B)

O estudo da extinção dos atos administrativos tem como objeto o modo pelo qual esses atos deixam de produzir efeitos, bem como as consequências do seu desaparecimento do mundo jurídico. Sobre a matéria, analise as afirmativas abaixo:

I.A revogação do ato administrativo decorre da análise de oportunidade e conveniência.

II.A anulação do ato administrativo retira do mundo jurídico atos administrativos eivados de vícios insanáveis de legalidade.

III. A revogação produz, como regra, efeitos "ex-tunc".

IV.A análise de oportunidade e conveniência para revogar o ato administrativo pode ser realizada pela administração, de ofício ou por provocação, e pelo judiciário, quando provocado.

V.A revogação e a anulação são manifestações do Poder de Autotutela.

Estão CORRETAS:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e V, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II, III e V, apenas.

## Direito Civil e Processual Civil

### Questão 31

(Correta: A)

A execução, no processo civil, é o meio pelo qual o credor buscará a satisfação de uma obrigação não adimplida pelo devedor. Sobre o Processo de Execução, com base nas disposições do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal é um título executivo judicial.
- (B) Havendo mais de um devedor, com diferentes domicílios, a execução será proposta no foro de qualquer deles, à escolha do exequente.
- (C) A execução pode ser promovida contra o novo devedor que assumiu, com o consentimento do credor, a obrigação resultante do título executivo.
- (D) O exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, quando o executado for o mesmo e desde que para todas elas seja competente o mesmo juízo e idêntico o procedimento.

### Questão 32

(Correta: B)

O estudo dos defeitos nos negócios jurídicos e suas consequências é de vital importância para os operadores do Direito. Acerca da matéria, conforme disciplina do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), analise as afirmativas abaixo:

I. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

II. A lesão ocorre quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

III. A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.

IV. Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer delas poderá alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.

Estão CORRETAS:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.

### Questão 33

(Correta: D)

O Código Civil (Lei nº 10.406/2002) traz em seu bojo as diferentes classes de bens. Acerca dos bens imóveis analise as alternativas e assinale a opção CORRETA:

- (A) Perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- (B) Consideram-se imóveis para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico.
- (C) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações, são considerados imóveis para os efeitos legais.
- (D) Consideram-se imóveis, para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta.

### Questão 34

(Correta: A)

Recurso é o meio pelo qual as partes de um processo podem impugnar as decisões judiciais, objetivando sua invalidação, reforma ou esclarecimento. Acerca da matéria, com base no que dispõe a Lei nº 13.105/2015, analise as alternativas e assinale a opção INCORRETA:

- (A) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- (B) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- (C) São dispensados de preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados, pelos Municípios, e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal.
- (D) O recurso adesivo não será conhecido se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.

### Questão 35

(Correta: A)

Sobre o impedimento e suspeição do Juiz, conforme disposição do Código de Processo Civil (Título IV, Capítulo II), analise as alternativas e assinale a opção CORRETA:

- (A) Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição aos auxiliares da justiça.

- (B) Há suspeição do juiz, quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes.
- (C) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- (D) No prazo de 10 (dez) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao Tribunal de Justiça, na qual indicará o fundamento do pedido, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

## Direito Ambiental

### Questão 36

(Correta: A)

A proteção do meio ambiente compete a todos os entes da federação, tendo a Lei Complementar nº 140/2011, regulado as competências ambientais comuns entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Nesse contexto, são objetivos fundamentais dos entes federados no exercício da competência comum, EXCETO:

- (A) Formalizar convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e entidades do Poder Público, visando facilitar as ações de prevenção, proteção e fiscalização em áreas potencialmente degradadas.
- (B) Garantir a uniformidade da política ambiental para todo o País, respeitadas as peculiaridades regionais e locais.
- (C) Harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente.
- (D) Proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada, democrática e eficiente

### Questão 37

(Correta: B)

Sobre a cobrança do uso dos Recursos Hídricos, de acordo com o que dispõe a PNRH, assinale a opção INCORRETA:

- (A) A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva, dentre outros, incentivar a racionalização do uso da água.
- (B) Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica que estiver sofrendo mais impacto com as mudanças climáticas, objetivando trazer o equilíbrio e garantir a sobrevivência dos mananciais.
- (C) Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga.

- (D) Na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos devem ser observados, dentre outros, os lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, o volume lançado e seu regime de variação e as características físico-químicas, biológicas e de toxidade do afluente.

### Questão 38

(Correta: B)

Através da Lei nº 9.433/1997 foi instituída a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criado o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Nesse contexto, são objetivos da PNRH, EXCETO:

- (A) Incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais.
- (B) Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos deverá ser o consumo humano e a dessedentação de animais.
- (C) A utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável.
- (D) Assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

### Questão 39

(Correta: B)

O Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) é a estrutura adotada para a gestão ambiental no Brasil. Acerca da estrutura do SISNAMA, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Órgão superior: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
- (B) Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.
- (C) Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.

- (D) Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

## Questão 40

(Correta: D)

A responsabilização pelos danos ambientais pode acarretar a incidência cumulativa de sanções penais e administrativas, independentemente da reparação civil dos danos, às pessoas físicas e jurídicas que os causaram. Acerca da responsabilidade pela reparação dos danos ambientais, analise as assertivas a seguir e, em sequência, responda ao questionamento:

I. É competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal, legislar sobre a responsabilidade por danos ao meio ambiente.

II. A responsabilidade civil por danos ambientais é objetiva, sendo pautada na Teoria do Risco Integral.

III. São solidariamente responsáveis pela reparação o poluidor direto e o indireto, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As afirmativas I e III são verdadeiras e a afirmativa II é falsa.
- (B) A afirmativa II é verdadeira e as afirmativas I e III são falsas.
- (C) A afirmativa III é verdadeira e as afirmativas I e II são falsas.
- (D) As afirmativas I, II e III são verdadeiras.

## Direito Tributário e Financeiro

### Questão 41

(Correta: C)

Pela constituição do crédito tributário, a Fazenda Pública torna líquida, certa e exigível uma obrigação já existente. Essa exigibilidade impõe, ao sujeito passivo, o dever de adimplemento, permitindo que, em caso de descumprimento, a Fazenda possa promover os atos executivos para o recebimento do seu crédito. Contudo, algumas situações específicas podem suspender a exigibilidade do crédito tributário. São causas de suspensão, EXCETO:

- (A) O parcelamento.
- (B) O depósito do seu montante integral.
- (C) A consignação em pagamento.
- (D) A moratória.

### Questão 42

(Correta: C)

Analise as proposições abaixo, que versam sobre obrigação tributária, valore-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) e, em sequência, responda ao que se pede:

( ) Elisão Fiscal: ocorre a Elisão Fiscal, quando o sujeito passivo pratica um ato ou celebra um negócio que se enquadra em hipótese de isenção, não incidência ou incidência menos onerosa do tributo. É o chamado Planejamento Tributário.

( ) Evasão Fiscal: na Evasão Fiscal o sujeito pratica uma conduta ilícita, geralmente após a ocorrência do fato gerador, objetivando evitar que o fisco tome conhecimento do nascimento da obrigação tributária. É um meio ardiloso e ilegal de evitar a tributação.

( ) Elisão Ineficaz ou Elusão Fiscal: aqui o sujeito passivo simula um negócio jurídico (abuso de forma), visando dissimular a ocorrência do fato gerador. Assim, o negócio possui aparente legalidade, mas o que ocorreu, na verdade, foi uma simulação (abuso de forma) para driblar a tributação.

Assinale a opção que contém a sequência CORRETA:

- (A) V - V - F.
- (B) F - V - F.
- (C) V - V - V.
- (D) F - F - F.

### Questão 43

(Correta: B)

A execução fiscal é o procedimento judicial, regulado inteiramente pela Lei nº 6.830/1980, pelo qual a Fazenda Pública busca, de contribuintes inadimplentes, o crédito que lhe é devido. Sobre a matéria, especialmente acerca da defesa do executado na Execução Fiscal, analise as alternativas e assinale a opção CORRETA:

- (A) A alienação de quaisquer bens penhorados será feita em leilão público ou privado, no lugar designado pelo Exequente.
- (B) O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro garantia ou, ainda, da intimação da penhora.
- (C) Recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 60 (sessenta) dias, designando, em seguida, audiência de conciliação.
- (D) Será admitida a reconvenção e a compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.

### Questão 44

(Correta: A)

Os Princípios Constitucionais Tributários desempenham papel vital na proteção do contribuinte, balizando tanto a criação quanto a aplicação das leis. Sobre a matéria, analise as afirmativas abaixo e, em sequência, responda ao questionamento:

I. O Princípio da Capacidade Contributiva, expressamente

previsto no texto constitucional, determina que, sempre que possível, os tributos deverão possuir caráter pessoal e serem graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

II.A atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo, não viola o Princípio da Legalidade Tributária.

III. Pelo princípio da anterioridade fica vedado aos entes federados cobrar tributos em relação aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

Estão CORRETAS:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

## Questão 45

(Correta: C)

A atividade de fiscalizar e arrecadar tributo é, talvez, a mais importante atividade-meio do Estado, pois dos recursos dela advindos dependem todas as atividades-fim estatais, como a prestação dos serviços de segurança, saúde e educação.

(Alexandre, Ricardo. Direito tributário esquematizado/

Ricardo Alexandre. ? 10. ed. rev., atual. e ampl. ?

Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO,

2016.)

O CTN, em seu Título IV - Administração Tributária, elencou as regras para fiscalização, inscrição em dívida ativa e emissão de certidões negativas. Sobre o assunto, analise as alternativas e assinale a opção INCORRETA:

- (A) O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente, dentre outros, a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
- (B) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.
- (C) A dívida regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- (D) Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

## Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho

### Questão 46

(Correta: A)

O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) é uma importante ferramenta no Processo do Trabalho. Através do instituto, busca-se afastar temporariamente a personalidade jurídica da empresa permitindo que seus sócios respondam pelo adimplemento das verbas trabalhistas. Sobre IDPJ, analise as assertivas abaixo e, em seguida, responda ao questionamento:

I.Na fase de cognição, da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, caberá recurso de imediato.

II.Na fase de execução, da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo.

III.Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.

IV.A instauração do incidente não suspenderá o processo

Assinale a alternativa que contém a opção CORRETA.

- (A) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- (B) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- (C) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- (D) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

### Questão 47

(Correta: A)

Sobre a execução no processo do trabalho, de acordo com o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, analise as alternativas abaixo, classifique-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F) e, em seguida, responda ao questionamento:

( )É competente para a execução das decisões o Juiz ou Presidente do Tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio.

( )A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal, quando observada a demora em sua promoção.

( )Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.

( )A liquidação abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas.

( )A atualização do crédito devido à Previdência Social observará estritamente os critérios estabelecidos na sentença exequenda.

Assinale a alternativa que aponta CORRETAMENTE a sequência:

- (A) V - F - V - V - F.
- (B) V - V - F - F - V.
- (C) V - V - V - V - V.
- (D) V - F - V - F - V.

### Questão 48

(Correta: D)

Acerca dos atos, termos e prazos do Processo do Trabalho, analise as proposições abaixo, avalie-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F) e, em seguida, responda ao questionamento:

( ) Os atos processuais serão sempre públicos, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 18 (dezoito) horas.

( ) A penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.

( ) Os prazos, no Processo do Trabalho, serão contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

( ) Os prazos processuais não poderão ser prorrogados.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA, de cima para baixo:

- (A) F - V - V - V.
- (B) F - V - F - V.
- (C) V - F - F - V.
- (D) F - V - V - F.

### Questão 49

(Correta: B)

Com relação aos Princípios do Direito do Trabalho, analise as afirmativas abaixo e relacione CORRETAMENTE a coluna 1 (Princípio) com a coluna 2 (definição):

#### Coluna 1

- (1) Princípio da Primazia da Realidade.
- (2) Princípio da Intangibilidade Salarial.
- (3) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva.
- (4) Princípio da Irrenunciabilidade de Direitos.

#### Coluna 2

( ) Este princípio estabelece que não se pode estipular um contrato de trabalho prejudicial ao trabalhador ou aos seus direitos. Dessa forma, as alterações contratuais só podem ocorrer quando não causem prejuízo ao trabalhador.

( ) Este princípio determina que os direitos dos trabalhadores são irrenunciáveis, indisponíveis e inderrogáveis.

( ) Objetivando garantir um salário digno, este princípio estabelece a proteção do salário do trabalhador. Proteção esta em face do empregador e seus credores, bem como dos credores do próprio empregado.

( ) Este princípio estabelece que a verdade real deve prevalecer sobre a verdade formal, em outras palavras, os fatos devem prevalecer sobre os documentos, eis que o trabalhador é a parte hipossuficiente da relação de trabalho.

Assinale a opção que contém a sequência CORRETA, de cima para baixo:

- (A) 1 - 3 - 2 - 4.
- (B) 3 - 4 - 2 - 1.
- (C) 4 - 3 - 1 - 2.
- (D) 2 - 1 - 4 - 3.

### Questão 50

(Correta: A)

A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em sua Seção IV, disciplina a atuação das partes e dos procuradores no Processo Trabalhista. Tendo como norte a mencionada legislação, assinale a opção INCORRETA:

- (A) Não são devidos honorários de sucumbência na reconvenção.
- (B) Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.
- (C) A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.
- (D) Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

## Legislação Municipal

### Questão 51

(Correta: C)

Durante o estágio probatório, conforme disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta (Lei Complementar Municipal nº 010/2003), o servidor deverá observar o cumprimento dos seguintes requisitos que determinarão a conveniência ou não da sua efetivação, EXCETO:

- (A) Cooperação e solidariedade com os colegas.
- (B) Qualidade e atenção.
- (C) Produtividade, economia e inflexibilidade.
- (D) Respeito às normas e regulamentos.

### Questão 52

(Correta: C)

De acordo com o Novo Plano de Carreira e de Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta (Lei Municipal nº 908/2011), sobre a progressão salarial, analise as alternativas a seguir e assinale a opção CORRETA:

- (A) A progressão salarial deverá ocorrer anualmente, na data de aniversário do serviço público do servidor
- (B) Para a primeira progressão, terão efeitos todos os cursos realizados pelo servidor, em qualquer área.
- (C) A progressão salarial deverá ocorrer periodicamente, obedecendo ao interstício mínimo de 02 (dois) anos, na mesma faixa salarial, e mediante avaliação da produtividade e do desempenho do servidor no período de avaliação correspondente.
- (D) Durante o estágio probatório o servidor fará jus à progressão salarial.

### Questão 53

(Correta: C)

Tendo como base o contido no Novo Estatuto do Magistério Público do Município de Vargem Alta - ES (Lei Complementar Municipal nº 05/1998), são princípios básicos que norteiam o exercício das funções do magistério, EXCETO:

- (A) Responsabilidade pessoal e coletiva para com a educação e o bem estar dos alunos e da comunidade.
- (B) Educação escolar voltada para a formação do cidadão crítico, criativo e executivo, cômico de seus deveres, participativo e ético.
- (C) Formação, competência, dedicação, ética, crescente aperfeiçoamento, antipatia.
- (D) Direito a uma situação econômica justa e de respeito público.

### Questão 54

(Correta: D)

A Lei tributária entra em vigor \_\_\_\_ (1) \_\_\_\_, salvo as disposições que instituírem ou aumentarem tributos as quais entrarão em vigor \_\_\_\_ (2) \_\_\_\_.

Com base nas disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar Municipal nº 23/2006), art. 6º, assinale a alternativa que completa CORRETA e RESPECTIVAMENTE as lacunas acima.

- (A) (1) Noventa dias após sua publicação / (2) no próximo exercício financeiro
- (B) (1) No próximo exercício financeiro / (2) imediatamente
- (C) (1) Quarenta e cinco dias após sua publicação / (2) noventa dias após publicado no diário oficial
- (D) (1) Na data de sua publicação / (2) a 1º de Janeiro do ano seguinte

### Questão 55

(Correta: C)

Sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal de Vargem Alta (Lei Municipal nº 997/2012), analise as alternativas e assinale a opção INCORRETA:

"Art. 6º O Sistema Administrativo da Prefeitura Municipal de Vargem Alta fica constituído dos seguintes órgãos:"

(Fonte: [https://vargemalta.splonline.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html\\_impressao/L9972012.html](https://vargemalta.splonline.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html_impressao/L9972012.html))

- (A) Órgãos de Assessoramento do Prefeito.
- (B) Órgãos de Administração Específica.
- (C) Órgãos de Assessoria do Interesse Social.
- (D) Órgãos de Administração Geral.

### Questão 56

(Correta: A)

Sobre a obrigação tributária, conforme disposto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar Municipal nº 23/2006), é CORRETO afirmar que:

- (A) A atividade exercida de forma irregular, não impede a incidência tributária.
- (B) A obrigação acessória tem por objetivo o pagamento de tributos ou penalidade pecuniária e se extingue juntamente com o crédito dela decorrente.
- (C) Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos facilitarão por todos os meios ao seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, exceto quando forem beneficiados por isenção ou imunidade.
- (D) A obrigação principal surge com a constituição do crédito em dívida ativa.

## Questão 57

(Correta: C)

O Código Tributário do Município de Vargem Alta - ES (Lei Complementar Municipal nº 23/2006), traz importantes orientações para interpretação e integração da legislação tributária municipal. Com base no referido regramento, interpretar-se-á literalmente a lei tributária quando dispuser sobre, EXCETO:

- (A) Dispensa de cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- (B) Outorga de isenção.
- (C) Nas infrações e cominação de pena pela lei tributária, quando tratar da autoria, imputabilidade ou punibilidade.
- (D) Suspensão ou exclusão de crédito tributário.

## Questão 58

(Correta: C)

Sobre as contratações temporárias e de excepcional interesse público, conforme disposições da Lei nº 610/2006, analise as alternativas abaixo e assinale a opção INCORRETA:

"Art. 1º Ficam os entes da Administração Pública Direta e Indireta autorizados a realizar contratações temporárias para atender a necessidades de excepcional interesse público, nas seguintes situações:"

(Fonte: <https://vargemalta.splonline.com.br/Arquivo/>

Documents/legislacao/html\_impressao/L6102006.html).

- (A) Combater surtos endêmicos e epidêmicos.
- (B) Atender a situação declarada de emergência e/ou calamidade pública.
- (C) Atender a termos de convênio, acordo ou ajuste para execução de obras e/ou prestação de serviços, limitada ao prazo máximo de 02 (dois anos), permitida prorrogação por igual período.
- (D) Promover cursos de especialização e reciclagem.

## Questão 59

(Correta: B)

No que concerne às Parcerias Público Privadas (PPPs), de acordo com a Lei Municipal nº 1.468/2023, analise as as proposições abaixo, classifique-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F) e, em seguida, responda ao questionamento:

( ) Considera-se PPP, o contrato administrativo de permissão ou autorização, na modalidade patrocinada ou administrativa ou diálogo competitivo, celebrado entre a Administração Pública e a Iniciativa Privada.

( ) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de Parceria Público-Privada poderá ser feita por, dentre outros, títulos de dívida pública.

( ) A contratação de Parceria Público-Privada que vincule a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP/CIP e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM fica condicionada a previsibilidade dos respectivos percentuais na Lei Orçamentária Anual – LOA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

- (A) F - F - F.
- (B) F - V - F.
- (C) V - F - V.
- (D) V - V - V.

## Questão 60

(Correta: C)

Acerca do Novo Plano de Carreira e Vencimentos dos Profissionais do Magistério Público do Município de Vargem Alta (Lei Municipal nº 848/2010), analise as assertivas abaixo e, em sequência, responda ao questionamento:

I. Para o exercício da docência é exigido como habilitação mínima: ensino médio, modalidade Normal ou formação em curso Normal Superior ou Pedagogia das Séries Iniciais, para a docência na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

II. A carreira do Magistério se inicia com provimento de cargos efetivos, através de Concurso Público de provas em conformidade com a legislação vigente, após o cumprimento do estágio probatório de 02 (dois) anos na forma da Lei.

III. A jornada básica de trabalho para Professor em Função Pedagógica é de 25 (vinte e cinco) horas semanais, obedecendo aos seguintes critérios para quantificação de vagas: de 150 a 300 alunos – 01 Professor em Função Pedagógica; a cada fração de 150 alunos a Unidade Escolar terá direito a mais 01 (um) Professor em Função Pedagógica.

Estão CORRETAS:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

## DISCURSIVA



### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Conforme estabelecido em Edital, a prova discursiva consistirá em uma 1 (uma) Peça Profissional, e destinar-se-á a avaliar o domínio do conteúdo dos temas abordados, baseada em tópicos do conteúdo de Conhecimentos Específicos. A prova discursiva deverá ser respondida em, no mínimo, **40 (quarenta)** linhas e, no máximo, **80 (oitenta)** linhas. Não será permitido exceder o limite de linhas contidas no formulário de resposta e/ou escrever fora do local indicado para resposta, caso isso ocorra, serão desconsideradas as linhas extras.

Conforme previsto no edital de abertura, será atribuída nota **ZERO** à discursiva que:

- a) Não observar as orientações presentes no caderno de questões;
- b) Com quantidade de linhas inferior ao mínimo solicitado;
- c) Contiver assinatura, rubrica e/ou qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato;
- d) Apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
- e) Estiver em branco;
- f) Fugir, integralmente, à tipologia textual de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
- g) Apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- h) For escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
- i) Apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
- j) Apresentar texto escrito com expressões injuriantes, discriminatórias e/ou abusivas.

### Observe, ainda:

1. O rascunho da prova discursiva deverá ser feito no espaço apropriado. Seu preenchimento é facultativo, sendo assim, **NÃO** será avaliado;
2. O candidato **NÃO** poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta;
3. A Prova Discursiva deverá ser redigida de forma clara e sem rasuras pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente;
4. A prova discursiva **NÃO** deverá apresentar cópia de questões da prova ou dos textos motivadores;
5. Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala a folha de resposta definitiva;
6. A Folha de Resposta Definitiva conterá um cartão numerado e destacável. Este cartão numerado será destacado pelo fiscal, conforme demarcação, e entregue ao candidato.

**PEÇA PROFISSIONAL:**

A empresa Bom Remédio Ltda tem como objeto social a importação, exportação e comercialização de produtos médicos.

O mundo foi pego de surpresa por uma doença misteriosa e a empresa Bom Remédio Ltda adquiriu um lote de 100.000 testes de detecção dessa doença que seriam comercializados.

A empresa Bom Remédio foi procurada pela empresa Soluções Médicas para aquisição dos testes e venda para outros Estados.

No dia da entrega dos testes, foi surpreendida em sua sede com a chegada da polícia, tendo sido alvo de busca e apreensão de metade dos testes, sem o acompanhamento do representante legal da empresa, que foi impedido de entrar na empresa pelos policiais que faziam guarda na porta, tendo assinado documento sobre a apreensão da mercadoria posteriormente.

Foi-lhe informado que a acusação era de irregularidade no procedimento de importação, o que foi comprovado inverídico quando do depoimento de seu representante legal na delegacia.

Acontece que o Secretário de Saúde do Estado de Formoso estava sendo investigado por desvio de dinheiro público em compras relacionadas à Secretaria de Saúde, juntamente com a empresa Soluções Médicas, que havia sido chamada a fornecer os testes, com dispensa de licitação.

No dia da realização da entrega dos produtos adquiridos pela empresa Soluções Médicas, o caminhão foi interceptado pela Polícia por ordem judicial e todos os testes foram retidos em razão da investigação em andamento.

Na sequência, adveio decisão judicial nos autos do processo 1234-2023, em tramitação na capital de Formoso, confirmando a retenção da mercadoria e do valor pago pela empresa Soluções Médicas na compra dos testes para a empresa Bom Remédio.

Ao longo da investigação, apurou-se que a empresa Bom Remédio Ltda havia agido de boa-fé e contribuiu de forma significativa fornecendo toda a documentação que lhe foi solicitada, não sendo provado qualquer envolvimento com os desvios supostamente praticados pelo Secretário de Saúde em conluio com a empresa Soluções Médicas.

Diante disso, solicitou a restituição da mercadoria apreendida, o que lhe foi negado, pois era objeto de outra investigação, sendo-lhe negado acesso aos autos por estarem em sigilo.

Em razão da retenção dos testes e pela demora nas investigações, quando finalmente conseguiu sua devolução, eles haviam perdido sua validade, não mais podendo, portanto, serem comercializados.

Indignada com o prejuízo sofrido, pois não pode comercializar os testes por terem expirado a validade, a empresa Bom Remédio Ltda ajuizou ação indenizatória em face do Estado de Formoso, alegando que a busca e apreensão foram ilegais, que houve abuso de autoridade, que houve ilegalidade na retenção dos testes, mesmo com os reiterados pedidos de liberação, tendo em vista ter sido provado que a compra se deu dentro da legalidade, que não havia qualquer envolvimento da empresa Bom Remédio com qualquer ilícito e por ter contribuído com as investigações, requerendo, ainda:

- a) Tramitação em segredo de justiça;
- b) Citação do réu;
- c) Produção de provas em direito admitidas;
- d) Julgado procedente o pedido de restituição dos valores gastos na compra dos testes;
- e) Julgado procedente o pedido de condenação do réu ao pagamento de lucros cessantes;

- f) A condenação do réu ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios;
- g) Que as intimações sejam feitas em nome da sociedade de advogados, tendo como responsável José das Couves.

O Estado, embora citado, não contestou a lide.

O ato seguinte foi uma decisão judicial que reconheceu a revelia do Estado e determinou a realização de prova pericial para apurar os prejuízos sofridos pela empresa. Esta decisão não foi publicada no diário da justiça eletrônico.

Somente depois de entregue o laudo pericial é que o Estado percebeu a existência da demanda.

Como Procurador nomeado para cuidar dessa ação, elabore a peça processual correspondente, em resposta à inicial.

**RASCUNHO**

|     |  |
|-----|--|
| 1.  |  |
| 2.  |  |
| 3.  |  |
| 4.  |  |
| 5.  |  |
| 6.  |  |
| 7.  |  |
| 8.  |  |
| 9.  |  |
| 10. |  |
| 11. |  |
| 12. |  |
| 13. |  |
| 14. |  |
| 15. |  |
| 16. |  |
| 17. |  |
| 18. |  |
| 19. |  |
| 20. |  |
| 21. |  |
| 22. |  |
| 23. |  |
| 24. |  |
| 25. |  |
| 26. |  |
| 27. |  |
| 28. |  |
| 29. |  |
| 30. |  |

|     |  |
|-----|--|
| 31. |  |
| 32. |  |
| 33. |  |
| 34. |  |
| 35. |  |
| 36. |  |
| 37. |  |
| 38. |  |
| 39. |  |
| 40. |  |
| 41. |  |
| 42. |  |
| 43. |  |
| 44. |  |
| 45. |  |
| 46. |  |
| 47. |  |
| 48. |  |
| 49. |  |
| 50. |  |
| 51. |  |
| 52. |  |
| 53. |  |
| 54. |  |
| 55. |  |
| 56. |  |
| 57. |  |
| 58. |  |
| 59. |  |
| 60. |  |
| 61. |  |

|     |  |
|-----|--|
| 62. |  |
| 63. |  |
| 64. |  |
| 65. |  |
| 66. |  |
| 67. |  |
| 68. |  |
| 69. |  |
| 70. |  |
| 71. |  |
| 72. |  |
| 73. |  |
| 74. |  |
| 75. |  |
| 76. |  |
| 77. |  |
| 78. |  |
| 79. |  |
| 80. |  |